

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 28 de maio de 2019 às 07h36
Seleção de Notícias

Correio Braziliense | BR

Pirataria

Alternativa para combater o custo social do contrabando	3
--	----------

OPINIÃO

Monitor Mercantil Digital online | RJ

27 de maio de 2019 | Marco regulatório | INPI

Adesão do Brasil ao Protocolo de Madri beneficia empresas	5
--	----------

Folha de Pernambuco | PE

Marco regulatório | INPI

O lado jurídico da moda	7
--------------------------------------	----------

GERAL

ComputerWorld - Online | BR

27 de maio de 2019 | Propriedade Intelectual

Conteúdos ilegais continuam em alta na Internet brasileira, segundo Abes - Computerworld	8
--	----------

PLATAFORMAS | DA REDAÇÃO

Alternativa para combater o custo social do contrabando

OPINIÃO

LUCIANO STREMEL BARROS

Presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf)

A proposta de revisão na tributação do cigarro em análise pelo grupo de trabalho criado pelo Ministério da Justiça tem gerado preocupação sobre o impacto no consumo. É possível temer que, com cigarros mais baratos, o consumo aumente, mas a realidade é que a população já tem acesso a produtos de baixo valor. Pesquisa Ibope mostra que mais da metade desse mercado no Brasil é dominado por marcas paraguaias que entram ilegalmente no país.

Ou seja, altos impostos têm aumentado o contrabando e o consequente financiamento de organizações criminosas, além de evasão de divisas para o Estado. Para ter uma ideia, em 2011, quando o Congresso Nacional aprovou a política de preços mínimos e um novo modelo de tributação do IPI, o contrabando dominava 28% do mercado. Desde então, a parcela aumentou anualmente e, em 2018, atingiu 54%. O resultado é que, desde 2011, o Brasil deixou de arrecadar mais de R\$ 55 bilhões em impostos só com o contrabando.

Acreditamos que a redução dos impostos em marcas mais baratas poderia reduzir o consumo de cigarros piratas e também trazer resultados positivos para questões sociais nas regiões de fronteira. Dados levantados pelo Idesf no estudo Diagnóstico do desenvolvimento das cidades gêmeas do Brasil, realizado a partir de indicadores oficiais, mostram uma radiografia das áreas fronteiriças brasileiras a partir das cidades gêmeas -- aquelas que têm do outro lado, nos países vizinhos, um centro urbano com grande potencial de integração econômica e cultural. O estudo fez uma análise sobre educação, saúde, eco-

nomia e segurança pública e mostra uma dura realidade social nessas regiões.

Um das conclusões é o abandono escolar no ensino médio. Em cidades consideradas eixo do contrabando, o abandono é superior à média nacional. Em Coronel Sapucaia (MS), o índice é de 10,50%; em Corumbá (MS), 8,60%; em Mundo Novo (MS), 11,60%; e Foz do Iguaçu (PR), 7,40%; contra 6,60 da média nacional de alunos matriculados. O Ministério da Educação avalia que os jovens são atraídos muito cedo para as trincheiras das quadrilhas organizadas de contrabando. Uma das principais consequências é o aumento da violência. A incidência de homicídios chega a 109,70 em Paranhos e 67,04, em Coronel Sapucaia -- acima da média nacional, que é de 27,85 para cada 100 mil habitantes.

Os efeitos negativos do contrabando se espalham ainda para o mercado de trabalho formal. Enquanto a média brasileira da População Economicamente Ativa (PEA) formalmente empregada era de 34,53%, Coronel Sapucaia e Paranhos (MS) tiveram 11,35% e 12,7%, respectivamente. O impacto econômico do contrabando é visto também na baixa autonomia financeira dos municípios. Coronel Sapucaia e Paranhos têm, por exemplo, 9,73% e 13,78% de autonomia financeira, respectivamente. Em Barra do Quaraí e Aceguá (RS), a situação é mais grave, com apenas 5,28% e 9,63%, respectivamente.

Em resumo, se o peso econômico e social do contrabando recai, inicialmente, sobre as regiões fronteiriças, o saldo negativo final é pago por toda a sociedade. Além disso, há perdas em arrecadação e geração de empregos formais. Por isso, são necessárias medidas que não se restringem à esfera da segurança. O Legislativo já percebe que impostos altos provocam migração dos consumidores para o mercado ilegal.

Continuação: Alternativa para combater o custo social do contrabando

Pesquisa realizada pelo portal de análise de conjuntura política e da economia brasileira Capital Político mostrou que, entre os deputados ouvidos, ninguém avalia que a solução para o problema do contrabando esteja apenas na repressão policial. Para eles, existe forte correlação entre altos tributos e incentivo ao contrabando e a **pirataria**, os quais estão associados ao crime organizado. Nesse cenário de

discussões e análises dentro do governo e do Legislativo, portanto, vemos a proposta em análise pelo grupo de trabalho do Ministério da Justiça como alternativa eficaz para ajudar a resolver esses problemas.

Adesão do Brasil ao Protocolo de Madri beneficia empresas

Siga o Monitor no twitter.com/sigaomonitor

A integração do Brasil ao sistema internacional de registro de marcas, instituído pelo Protocolo de Madri, vai facilitar a internacionalização de empresas brasileiras, sobretudo as de pequeno e médio portes. Por meio do sistema, é possível solicitar o registro da mesma marca em diferentes países simultaneamente, reduzindo prazos de análise e custos, que podem ser até 75% menores. A proteção de marcas é fundamental para estimular a participação de empresas no comércio exterior e atrair investimentos ao país.

O Congresso Nacional finalizou a espera de quase 20 anos para internalizar o acordo internacional e formalizar a adesão do país ao sistema de Madri, já utilizado por 120 países, que representam 80% do comércio mundial, entre eles parceiros importantes do Brasil, como Estados Unidos, Japão e China. "Damos um importante passo para a ampliação da integração do Brasil ao sistema mundial de propriedade intelectual e também ao comércio internacional. Houve um esforço conjunto da indústria, de parlamentares e do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) para adequar o Brasil às exigências do acordo", afirma Carlos Abijaodi, diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Um levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que com um orçamento de US\$ 1 mil, uma empresa conseguiria, em média, a proteção de uma marca em quatro países pelo sistema de Madri. Sem ele, o mesmo recurso permite a proteção em apenas um país. A economia ocorre pois a solicitação é feita e paga uma única vez à Organização Mundial da **Propriedade** Intelectual (OMPI), que submete o pedido a avaliação dos demais membros. Cada país tem autonomia para analisar o pedido de registro. Estima-se que mais de 1,3 milhão de marcas estejam registradas pelo sistema.

A adesão do Brasil foi precedida de esforços de melhoria no trâmite de análise de marcas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), que agora passa a receber pedidos internacionais por meio da OMPI. Para fazer parte do Sistema de Madri, o tempo de decisão sobre o pedido deve ser inferior ou igual a 18 meses. Medidas de modernização em processos internos fizeram com que o tempo de decisão do **INPI** caísse de 28 para 9 meses. Entre janeiro e abril de 2019, o **INPI** recebeu quase 72 mil pedidos de registro de marcas, sendo 9,6 mil do exterior.

ABPA comemora cotas do México para aves

O presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Francisco Turra, comemorou a renovação das cotas de importação de carne de aves pelo México, conforme publicação no Diário Oficial de La Federación, da Secretaria de Governo do país norte-americano. A nova cota, de 55 mil toneladas, é adicional à primeira publicada pelo México em 2013, de 300 mil toneladas, e se refere a produtos inteiros e cortes frescos ou congelados. Desde a abertura do mercado, o México ganhou destaque na pauta de exportações de carne de frango do Brasil. A expectativa é que o país siga entre os principais destinos dos produtos brasileiros.

Fispal Food Service completa 35 anos em junho

A Fispal Food Service, feira internacional de produtos e serviços para alimentação fora do lar, completa 35 anos de existência em 2019. O evento que se consolidou como o mais importante para o setor na América Latina realiza sua 35ª edição comemorativa com uma série de inovações para os participantes. Com a expectativa de atrair um público de 50 mil pessoas, a feira, que acontece entre os dias 11 e 14 de junho, no Expo Center Norte, oferecerá uma série de atrações paralelas, gratuitas e pagas, para atualização profissional e consultoria. Além disso, mais uma vez

Continuação: Adesão do Brasil ao Protocolo de Madri beneficia empresas

será importante vitrine para lançamentos e inovações com mais de 450 expositores e cerca de 1.500 marcas.

Abiec na Sial China tem expectativa de US\$1 bi

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), finalizou sua participação na Sial China, com a expectativa de uma expansão comercial das vendas para o mercado chinês. Uma das maiores feiras de inovação do setor alimentício do mundo, a feira foi encerrada no último dia 16 de maio em Xangai, com um total de acordos fechados na ordem de US\$ 293,3 milhões. As negociações durante o evento renderam ainda uma expectativa de mais de US\$ 1 bilhão em negócios para os próximos doze me-

ses.

A participação brasileira contou com a presença de 16 empresas associadas -- Barra Mansa, Boi Brasil, Cooperfrigu, Estrela, Frigol, Frigotil, Frisa, Igua-temi, JBS, Minerva, Marfrig, Masterboi, Mataboi, Mercúrio, Naturafrig e Plena. "Nossa avaliação é de que a feira foi muito proveitosa num momento em que o Brasil negocia a ampliação das exportações para a China por meio de novas habilitações", ressaltou o presidente da Abiec, Antônio Jorge Camarde

Contato com o colunista: pietrobelliantono0@gmail.com

Siga o Monitor no twitter.com/sigaomonitor

GERMANA MACAMBIRA

Fashion law, compliance e green wash provavelmente são termos pouco conhecidos no universo da moda, embora necessários para quem está inserido neste âmbito que vai além de passarelas e estilo. Riscos e prejuízos com mau uso das marcas e concorrência desleal são fatos que devem ser levados em consideração por profissionais e interessados no ramo. E é exatamente para falar sobre esses mecanismos jurídicos de proteção e estimular os seus acessos que será realizado hoje, no Marco Pernambucano da Moda, Bairro do Recife, às 19h, o Meeting Jurídico da Moda, com acesso gratuito. As inscrições devem ser feitas no Eventbrite (<https://bitty.ch/47n4g>).

“O intuito é promover um elo de comunicação entre instrumentos jurídicos de proteção à indústria da moda e dos direitos intelectuais, autorais e de propriedade industrial voltados para o mundo do design e da moda. Precisamos reforçar que existe uma legislação que protege desde a indústria têxtil até o processo criativo na área”, ressaltou a advogada Silvana Duarte, organizadora do evento.

Tratar de moda dentro de um contexto jurídico significa agregar ao assunto temas como propriedade intelectual, que interessa a estilistas e designers de moda, assim como falar de marcas, criação e propriedade industrial, que diz respeito, inclusive, às cores utilizadas em acessórios e sapatos, por exemplo. “A era digital facilita apropriações indevidas e os donos não têm controle efetivo quando ocorre a violação. O Meeting pretende diferenciar o que é plágio, cópia e concorrência desleal e o que é inspiração”, complementa a advogada, que tem percebido aumento de demandas jurídicas na indústria da moda, fato que pode ser justificado, também, pela geração de renda que esse mercado vem desenvolvendo. “Um setor que há pouco tempo era tido como fútil”, enfatiza Silvana.

Integram a programação de palestras do Meeting Jurídico da Moda, além de Silvana Duarte, que fará um panorama sobre o direito aplicado à moda, o designer e empresário do ramo de calçados, Jailson Marcos (Processo Criativo, Cópias e Concorrência Desleal); o advogado criminalista Ulisses Dornelas Jr. (Tecnologia, Compliance e Sustentabilidade); a designer e produtora de moda, além de colaboradora do Marco Pernambucano da Moda, Jacque Tambo (Imagens e Editoriais - Plágio) e o chefe da Seção de Difusão Regional de Pernambuco (Sedir/PE) do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Eduardo Bemfica (Contrafação, ou seja, falsificação de produtos). E como público-alvo do evento, a advogada inclui estudantes de moda, profissionais do setor, acadêmicos de direito, youtubers, influenciadores digitais e empreendedores.

PAULO ALMEIDA



Espaço que fomenta a cadeia produtiva da moda abriga evento que discute direitos e propriedade intelectual

O lado jurídico DA MODA

Leis que regem o mercado fashion são debatidas em encontro no Marco da Moda, onde também é lançada coleção

LUARA OLÍVIA DIVULGAÇÃO



Urupemba!

A coleção de moda de Giselle Cribari ganha lançamento hoje, a partir das 18h, também no Marco Pernambucano da Moda, com um desfile das peças. Por lá a estilista pernambucana exibirá os linhos e sedas em “off white” de “Urupemba”, com texturas orgânicas e luminosas, a primeira das três coleções previstas para este ano. Exibida com variação do branco total em calças, camisas, macacões e kimonos, as criações registram o DNA da estilista pernambucana, que defende que se imprima, cada vez mais, identidade nas peças, numa tentativa de mudar a dinâmica do “copiar e colar” na indústria da moda. “Sigo trabalhando em minha originalidade e não me incomodo tanto assim quando me copiam, porque enxergo a disseminação do meu trabalho. Por mais que isso ocorra, a ideia continuará sendo minha, da minha natureza. É um prazer ver pelo mundo a marca Giselle Cribari”, disse.

Conteúdos ilegais continuam em alta na Internet brasileira, segundo Abes - Computerworld

PLATAFORMAS



Um novo levantamento feito pela Abes (Associação Brasileira de Empresas de Softwares) aponta que foram removidos um total de 22.197 conteúdos ilegais da Internet no primeiro trimestre de 2019 - 9% a mais do que o mesmo período em 2018.

Ainda de acordo com o novo monitoramento da associação, todos os tipos de conteúdo ilegal analisados (anúncios, links e sites) aumentaram nos três primeiros meses deste ano.

"Nos últimos meses, o Mercado Livre atualizou de forma radical o seu sistema de PPPI (Programa de Proteção à **Propriedade** Intelectual), do qual a ABES é membro desde sua criação. Com as mudanças implementadas, conseguimos identificar e denunciar vários produtos piratas de uma só vez, otimizando em muito o nosso trabalho de pesquisa", afirma o presidente da Abes, Rodolfo Fücher.

Além disso, aponta o executivo, agora também é possível monitorar produtos e perfis no site, o que facilita a identificação de casos reincidentes.

No total, a associação foi responsável por detectar 42 sites que violavam o **Direito** Autoral de Programas de Computador e remover 28 deles no primeiro trimestre de 2019, apresentando um aumento de 90,91% e 100%, respectivamente, em relação ao

mesmo período de 2018.

Vale notar também que a quantidade de anúncios derrubados também cresceu significativamente (16,61%), chegando aos 12 mil no primeiro trimestre deste ano, em comparação com 10 mil registrados no primeiro trimestre do ano passado.

A menor taxa de crescimento foi a de links removidos, com apenas 1,49%. Isso se deve, de acordo com a Abes, ao fato de ter recebido um número maior de denúncias para remoção de anúncios e websites do que de links neste período.

Desde que iniciou esse monitoramento, em 2005, a Abes já conseguiu derrubar mais 650 mil conteúdos ilegais na internet desde a criação da campanha de monitoramento. Naquele ano, o índice de pirataria de software no Brasil era de 64%.

Índice remissivo de assuntos

Pirataria

3

Propriedade Intelectual

5, 7, 8

Marco regulatório | INPI

5, 7

Direitos Autorais

8